



EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2025



www.eixosp.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2025. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

CONTEXTO OPERACIONAL RELACIONADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E CORONAVÍRUS

Compensação financeira

Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do Poder Concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente). O valor foi integralmente aplicado nas referidas obras de recuperação e não há impactos no resultado decorrente desta operação.

Reequilíbrio Cautelar

A Companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 03 de junho de 2024 a importância de R\$ 164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

DESEMPENHO OPERACIONAL

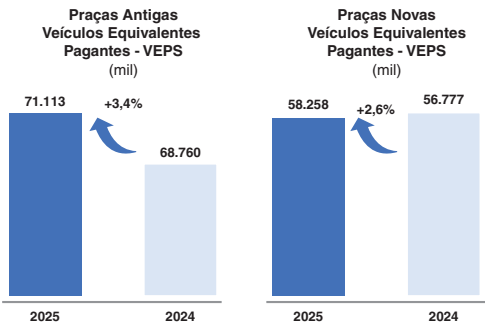
Resultado Operacional

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	2025		2024		Δ	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas		
VEPs¹	71.113	58.258	68.760	56.777	3%	3%
Veículos Leves	23.517	28.513	22.779	27.836	3%	2%
Veículos Pesados	47.596	29.745	45.981	28.941	4%	3%
Tráfego²	34.626	36.977	33.565	36.156	3%	2%
Veículos Leves	23.725	29.056	23.005	28.353	3%	2%
Veículos Pesados	10.610	7.380	10.302	7.323	3%	1%
Veículos Isentos	291	541	258	480	13%	13%
Tarifa Média (R\$)	9,35	7,98	8,90	7,61	5%	5%

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado ¹²	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/25 sobre Jan-Dez/24): Brasil	2,7%	2,5%	2,6%

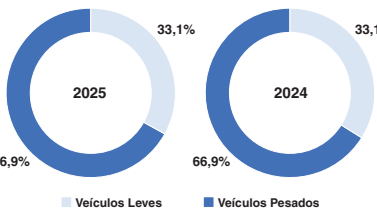
¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 2,6% no fluxo total de veículos até 31 de dezembro de 2025, comparado com o mesmo período do ano anterior.

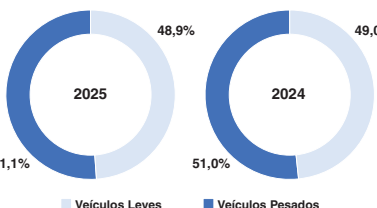


No exercício de 2025, as praças de pedágio da EIXO registraram 129,4 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 3,1% na comparação com o mesmo período de 2024. A performance de veículos pesados no exercício de 2025, representa cerca de 59,8% do tráfego total¹ (59,7% do tráfego em 2024) e apresentaram um aumento de 3,2% no período comparativo. Em veículos leves houve um aumento de 2,8% no mesmo período comparado a 2024.

Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas



Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Novas



Os quadros acima referidos não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional

Receita Operacional (R\$ Mil)	2025	2024	Δ
Receita Bruta	1.792.339	1.471.388	22%
Receita com Pedágio	1.124.114	1.044.239	8%
Receitas Acessórias	4.511	4.662	-3%
Receita de Construção (IFRS)	663.714	422.487	57%
Receita Bruta Ajustada¹	1.128.625	1.048.901	8%
Deduções da Receita Bruta	(98.513)	(91.744)	7%
Receita Líquida Ajustada¹	1.030.112	957.157	8%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Custos e Despesas

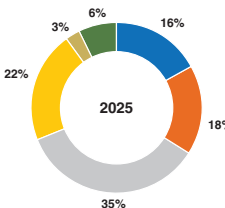
Custos e Despesas (R\$ Mil)	2025	2024	Δ
Pessoal	(99.430)	(96.688)	3%
Conservação e Manutenção	(61.750)	(59.725)	3%
Serviços de Terceiros	(52.429)	(47.803)	10%
Seguros	(7.418)	(7.177)	3%
Outros Custos Operacionais	(17.467)	(20.597)	-15%
Despesas Administrativas	(45.665)	(46.798)	-2%
Custos e Despesas Administráveis	(284.159)	(278.788)	2%
Ônus de Fiscalização e Variável	(96.636)	(89.490)	8%
Depreciação e Amortização	(208.769)	(183.553)	14%
Provisão para Contingências	(12.754)	(13.359)	-5%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(602.318)	(565.190)	7%
Custo de Construção (IFRS)	(663.714)	(422.487)	57%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(245.827)	(120.573)	104%
Custos e Despesas Operacionais	(1.511.859)	(1.108.250)	36%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

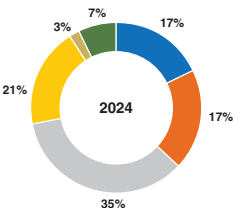
¹ Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis

Composição dos custos e despesas no período de 01/01/2025 a 31/12/2025



Composição dos custos e despesas no período de 01/01/2024 a 31/12/2024



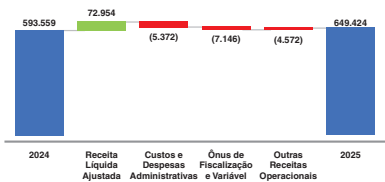
Os Custos e Despesas Administráveis estão abaixo do budget da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	2025	2024	Δ
Lucro Líquido	(2.417)	41.460	-105,8%
Resultado Financeiro Líquido	184.747	214.327	-13,8%
IRPJ & CSLL	(255)	20.287	-101,3%
Depreciação & Amortização	208.769	183.553	13,7%
EBITDA RCVM 156/22	390.844	459.627	-15,0%
Margem EBITDA	23,07%	33,31%	-10,2 p.p.
Receita de Construção	(663.714)	(422.487)	57,1%
Custo de Construção	663.714	422.487	57,1%
Provisão de Manutenção	245.827	120.573	103,9%
Provisão para Contingências	12.754	13.359	-4,5%
EBITDA Ajustado¹	649.424	593.559	9,4%
Margem EBITDA Ajustado¹	63,0%	62,0%	1,0 p.p.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 649 milhões no exercício de 2025, um aumento de 9,4% em relação ao mesmo período de 2024, a Margem EBITDA Ajustada aumentou 1,0 ponto percentual ("p.p."). O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (iii) provisão para contingências.

Variação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)



Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2025	2024	Δ
Resultado Financeiro	(184.747)	(214.327)	-13,8%
Receitas Financeiras	90.495	57.281	58,0%
Receita para manutenção - AVP	28.786	310	9185,8%
Receita de aplicações financeiras	60.587	56.081	8,0%
Outros	1.122	890	26,0%
Despesas Financeiras	(275.242)	(271.608)	1,3%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(229.281)	(211.058)	8,6%
Provisão para manutenção - AVP	(14.755)	(15.874)	-7,1%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(1.181)	(1.181)	0,1%
Despesas bancárias	(19.732)	(31.106)	-36,6%
Outros	(10.294)	(12.389)	-16,9%

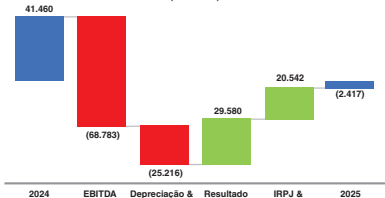
Inflação e Juros	2025	2024	Δ
IPCA Últimos 12 Meses	4,26%	4,83%	-0,6 p.p.
CDI Final do Período	14,33%	12,15%	2,2 p.p.
TJLP Média Últimos 12 meses	8,66%	6,89%	1,8 p.p.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>
<http://estatisticas.cetip.com.br>
<https://www.bn timer.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

Resultado do Exercício

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	2025	2024	Δ
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(2.417)	41.460	-106%

Variação do Resultado do Período (R\$ Mil)



Disponibilidades e Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	2025	2024	Δ
Dívida Bruta	2.734.986	2.241.481	22%
Curto Prazo	68.631	47.258	45%
Empréstimos e Financiamentos	51.326	34.515	49%
Debêntures	17.305	12.743	36%
Longo Prazo	2.666.355	2.194.223	22%
Empréstimos e Financiamentos	1.477.579	1.075.869	37%
Debêntures	1.188.776	1.118.354	6%
Disponibilidades	489.643	459.147	7%
Caixa e Equivalente de Caixa	423.034	413.015	2%
Aplicações Financeiras Vinculadas	66.609	46.132	44%
Dívida Líquida Ajustada	2.245.343	1.782.334	26%

¹ A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação). O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA e as Aplicações Financeiras Vinculadas são destinadas exclusivamente para a amortização deste financiamento.

Principais Investimentos

Investimentos (R\$ Mil)	2025	2024	Δ
Investimento Total	3.990.483	3.395.659	18%
Imobilizado	82.520	79.145	4%
Intangível	3.907.963	3.316.514	18%
Direito de Concessão (Investimento)	3.881.048	3.301.926	18%
Direito de Uso	26.915	14.588	85%

Os investimentos realizados em 2025 estão representados principalmente pela duplicação da SP 284 e SP 304, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, implantação de dispositivos de contenção viária, equipamentos de tecnologia, entre outros.

Acompanhamento Contrato de Financiamento - BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.
- O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:
- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações que consumiram totalmente os subcréditos "A" e "B" no montante total de R\$1.300.000, sendo que R\$ 950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023 pela Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações e R\$ 350.000 via debêntures, ocorrida em 13 de julho de 2021.

- Subcrédito "C": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.

A Companhia obteve liberação referente ao subcrédito "C", no montante de R\$400.000 ocorrida no dia 06 de agosto de 2025 pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais.

- Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion do subcrédito) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAs Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B)

A Companhia demonstra abaixo a evolução dos indicadores do contrato de financiamento, cuja próxima mensuração se dará até dezembro de 2026:

Data Apuração	31/12/2025		31/12/2024	
	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado
EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)				
Lucro Líquido	(2.417)	207.514	41.460	209.931
Resultado Financeiro Líquido	184.747	887.383	214.327	702.636
IRPJ & CSLL	(255)	108.294	20.287	108.549
Depreciação & Amortização	208.769	834.971	183.553	626.202
EBITDA ICVM 527	390.844	2.038.162	459.627	1.647.318
Receita de Construção (IFRS)	(663.714)	(3.093.922)	(422.487)	(2.430.208)
Custo de Construção (IFRS)	663.714	3.093.922	422.487	2.430.208
Apropriação Despesas Antecipadas	(2.341)	(6.688)	(290)	(4.347)
Demais Custos e Despesas sem Efeito Caixa ¹	(8.941)	14.895	(7.608)	23.836
Provisão de Manutenção (IFRS)	245.827	632.359	120.573	386.532
Provisão para Contingências	12.754	39.515	13.359	26.761
EBITDA Ajustado²	638.143	2.718.243	585.661	2.080.100

Ebitda ajustado (na data-base de 31/12/2020)	485.742	2.270.078	468.117	1.784.336
Capital Social Integralizado (na data-base de 31/12/2020)	162.417	1.131.621	-	969.204

Total	648.159	3.401.699	468.117	2.753.540
--------------	----------------	------------------	----------------	------------------

¹ Desconsidera os impactos da Folha de Pagamentos (provisão de férias, 13º salário, PLR, encargos) e provisão de fornecedores.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção, à Provisão para Manutenção, aos efeitos das despesas antecipadas e dos demais custos e despesas sem efeito caixa.

SOBRE A COMPANHIA

A eixo



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 - Parque Faber - São Carlos/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. - IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador. A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (Wi-Fi) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 31 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com veículos operacionais.

Relacionamento com os Auditores Independentes



EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.
CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2025



liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício. 2.7. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de recuperação acumulada de perda por valor recuperável ("impairment"), se aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.9. "Impairment" (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras. Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Receita de contratos com clientes:** (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. (b) Receitas de Construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente. (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos. 2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01-Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda. "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros". 2.12. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.14. Credor pela concessão: Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória- a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.15. Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.16. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente. 2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Instrumentos financeiros híbridos:** O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído

no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo. 2.18. Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. 2.19. Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado. 2.20. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 2.21. Demonstração do valor adicionado - DVA: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas internacionais "IFRS Accounting Standards". A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.22. Informação por segmento: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias. 2.23. Normas contábeis novas e alteradas: 2.23.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente: No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às normas internacionais "IFRS Accounting Standards" emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pronunciamentos técnicos CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma Alterada ou nova norma	Assunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após: 01/01/2025
IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	
Orientação Técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (C BIO)	A Orientação Técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (C BIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras. O OCPC 10 abrange tanto a originação e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	01/01/2025
2.23.2. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas: Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entrarão em vigor em exercícios futuros, conforme as respectivas datas de vigência indicadas abaixo. A companhia avaliou os potenciais impactos e não espera efeitos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.		

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança). Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos ao mercado crescente de ativos sustentáveis. As O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas. Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.	01/01/2027

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais, a partir de 2026, e mudanças na classificação de itens na demonstração do resultado, em decorrência do CPC 3 em 2027.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	5.205	4.721
Bancos	5.471	2.028
Aplicações financeiras (i)	412.358	406.266
Total (ii)	423.034	413.015

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos com as obrigações de investimentos em intangível assumidas no contrato da concessão. (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI foi de 100,4% em 31 de dezembro de 2025 e à taxa média de 100,5% em 31 de dezembro de 2024. (ii) Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo, bem como, investimentos em intangível previstos para os próximos 12 meses.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	45.286	31.877
Aplicações vinculadas - Debêntures	21.323	14.255
Total	66.609	46.132
Circulante	17.176	20.210
Não circulante	49.433	25.922
	66.609	46.132

Conforme contrato de financiamento obtido junto ao BNDES, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo: **BNDES:** (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela paga mensalmente, a partir de 15 de janeiro de 2025. (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento. **Debêntures:** (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela paga semestralmente, a partir de 16 de junho de 2025. (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento. A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante. Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI se manteve à taxa média de 95% em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico a receber (*)	76.293	63.783
Receitas acessórias a receber	59	403
Total	76.352	64.186

(*) Representadas por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA" e por cartões de crédito e débito.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R\$ 59 em títulos a receber em aberto em processo final de negociação referente a Receitas Acessórias. A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	31/12/2025	31/12/2024
Uniformes e EPIs	1.832	2.107
Manutenção civil e hidráulica	2.077	1.668
Outros	1.543	1.486
Total	5.452	5.261

Em 31 de dezembro de 2025, os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda diferido	70.551	45.599
Contribuição social diferida	25.399	16.415
Total	95.950	62.014
2025	-	44.025
2026	70.740	17.800
Após 2027	25.210	189
Total	95.950	62.014

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	33.083	34.535
Provisão de fornecedores	1.963	17.318
Provisão para manutenção	306.470	201.472
Capitalização de juros	(66.276)	(73.483)
Provisão PLR	7.258	(3.212)
Base Negativa	-	(644)
Outras	(291)	6.408
Base de cálculo total	282.207	182.394
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	95.950	62.014

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período: A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.672)	61.747
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	908	(20.994)
Ajuste para alíquota efetiva: Efeito tributário das adições e exclusões permanentes: Capitalização e amortização de juros	(1.048)	(1.048)
Outras diferenças permanentes	395	1.755
Despesa de imposto de renda e contribuição social	255	(20.287)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(33.681)	(16.938)
Impostos de renda e contribuição social diferido	33.936	(3.349)
	255	(20.287)
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	9,54%	32,86%

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Ações cíveis	468	74
Ações Trabalhistas	974	363
Ações de desapropriação (a)	22.325	24.269
Total	23.767	24.706

(a) As ações judiciais são provenientes das desapropriações necessárias para a realização de seus investimentos em obras de ampliação (duplicações e faixas adicionais), e de melhorias (Postos de Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU e Áreas de Descanso para Caminhoneiros, Postos Gerais de Fiscalização - PGF, Parada de Cargas Especiais e Produtos Perigosos) nas rodovias: SP 249, SP 191, SP 225, SP 284, SP 304 e SPI 194 da SP 308.

continua...



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



9. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Edifícios	Outros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Adições	456	9.333	1.811	179	87	782	484	1.870	15.002
Baixas	-	(109)	-	-	(16)	(357)	-	(5)	(487)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.842	50.268	8.274	279	702	64.015	8.436	3.597	138.413
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Adições	(359)	(5.406)	(637)	(41)	(72)	(4.129)	(350)	(445)	(11.439)
Baixas	-	63	-	-	2	231	-	3	299
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(883)	(13.352)	(4.689)	(47)	(212)	(34.733)	(566)	(1.411)	(55.893)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.959	36.916	3.585	232	490	29.282	7.870	2.186	82.520
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Adições	504	5.119	1.118	18	163	1.367	5.283	620	14.192
Baixas	(25)	(60)	-	(254)	-	(2.945)	-	(1)	(3.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Adições	(285)	(3.314)	(931)	(32)	(54)	(6.314)	(201)	(680)	(11.811)
Baixas	25	56	-	255	-	2.515	-	1	2.854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.862	33.035	2.411	94	489	32.755	7.736	763	79.145
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	

Em 31 de dezembro de 2025, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis, são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que leve à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras, serviços e em andamento (i)	Intangível em rodovias - capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Adições (b)	619.201	159.290	-	3.652	782.143
Baixas (d)	(2.308)	(10.853)	-	-	(13.161)
Transferências	(467.022)	467.022	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	574.280	2.897.136	1.136.335	10.995	4.618.746
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Adições	-	(151.919)	(37.877)	(405)	(190.201)
Baixas	-	341	-	-	341
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(525.201)	(211.481)	(1.016)	(737.698)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	574.280	2.371.935	924.854	9.979	3.881.048
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Adições (b)	387.425	129.724	-	2.009	519.158
Baixas (d)	-	(241)	-	-	(241)
Transferências	(365.119)	365.119	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Adições	-	(127.055)	(37.877)	(236)	(165.168)
Baixas	-	19	-	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	1.908.054	962.731	6.732	3.301.926
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (b) As principais adições do período estão representadas pela duplicação da SP 284 e SP 304, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, implantação de dispositivos de contenção viária equipamentos de tecnologia, entre outros. (c) Em 2025 não houve capitalização de custos de empréstimos. (d) Foram baixados (R\$114), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis, (R\$ 34) postes sucateados, (R\$ 3.687) referente a venda de caminhões para a Via Aracária e (R\$ 9.326) referente à dação de veículos e equipamentos em pagamento para ativo intangível construído. Em 2024, as baixas foram realizadas em função da venda de um caminhão (R\$236) vide nota explicativa nº 18. Adicionalmente foram baixados (R\$5), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis. (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga. (ii) Vide nota explicativa nº 1. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais "IFRS Accounting Standards", os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há no nenhum indicativo adicional que leve à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos intangíveis em relação a análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2025.

11. DIREITO DE USO

	Adições e Saldo em 31/12/2024	Contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos operacionais	911	37	-	(99)	849
Instalações e edificações	2.082	3.471	-	(1.253)	4.300
Veículos (a)	11.595	18.674	(176)	(8.327)	21.766
Total	14.588	22.182	(176)	(9.679)	26.915

	Adições e Saldo em 31/12/2023	Contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos operacionais	1.243	158	-	(490)	911
Instalações e edificações	2.511	1.397	-	(1.826)	2.082
Veículos (a)	6.460	14.200	(2.462)	(6.603)	11.595
Total	10.214	15.755	(2.462)	(8.919)	14.588

Sal dos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo que as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. Para

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.093.839	400.000
Total			1.093.839	400.000
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.042.094	-
Total			1.042.094	-

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	50.517	33.705
Não circulante	1.462.653	1.060.134

a) Financiamento BNDES: Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de: • Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a. • Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a. O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos: • Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000. A Companhia obteve liberações que consumiram totalmente os subcréditos "A" e "B", no montante total de R\$1.300.000, sendo que R\$ 950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023 pela Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações e R\$ 350.000 via debêntures, ocorrida em 13 de julho de 2021. • Subcrédito "C": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000. A Companhia obteve liberação referente ao subcrédito "C", no montante de R\$400.000 ocorrida no dia 06 de agosto de 2025 pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais. Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R\$600.000. O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de: • Subcréditos "A", "B" e "C": carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização se dará em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045. • Subcrédito "D" e "E": carência até 15/01/2027. Após a carência a

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2025 é:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2025
Partes relacionadas (ii)	-	9,77%	700.408	-	68.437	-	-	768.845
BNDES (i) (ii)	IPCA	5,05%	426.235	-	41.135	(9.625)	(24.592)	433.153
Total			1.126.643	-	109.572	(9.625)	(24.592)	1.201.996
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2024
Partes relacionadas (ii)	-	9,77%	637.825	-	62.583	-	-	700.408
BNDES (i) (ii)	IPCA	5,05%	405.797	-	41.617	-	(21.179)	426.235
Total			1.043.622	-	104.200	-	(21.179)	1.126.643

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	16.933	12.372
Não circulante	1.185.065	1.114.271

(i) As debêntures com o BNDES encontravam-se em período de carência até 31 de dezembro de 2024, a amortização do principal teve seu início no dia 16 de junho de 2025, juntamente com a amortização das parcelas de juros. (ii) As debêntures não possuem "covenants" financeiros.

a) Debêntures com Partes Relacionadas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas. As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional. b) Debêntures BNDES: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 16 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre as debêntures.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente. A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 62,5% da outorga variável I do contrato de concessão (75% da outorga variável I até 03 de junho de 2025).

	31/12/2025	31/12/2024
Ônus de fiscalização	2.407	1.750
Outorga variável	14.146	11.078
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	84.683	65.990
Coficiente Serviço Prestado - CSP	4.173	-
Reequilíbrio cautelar COVID (iii)	164.533	164.533
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	-	5.128
Total	269.942	248.479

(i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior. (ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo foi realizado mediante desembolso de caixa, não houve impactos no resultado decorrente desta operação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia já havia consumido todo o montante recebido. (iii) A companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 3 de junho de 2024, a importância de R\$164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e honorários	890	747
Empréstimo bancário descontado	340	-
Encargos sociais e previdenciários	3.247	3.159
Provisão de férias	11.016	10.403
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	8.092	6.988
Total	23.585	21.297

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2025	31/12/2024
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.914	3.441
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	17.228	1.570
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.943	5.244
Impostos federais terceiros	675	748
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	1.522	1.155
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	2.052	1.435
Total	30.334	13.593

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

		31/12/2025	
Partes relacionadas (*)	Transação (**)	Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de fibra	55	-
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de torres	186	34
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	22	-
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	Reembolso de despesas	862	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	1.466
Infraestrutura BR V Rodovias NP Holding I S.A	Reembolso de despesas	9	-
Via Aracária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	59	493
Saldo em 31/12/2025		1.311	1.993

continua...



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2024	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de fibra	48	1
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de torres	757	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	18	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	820
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	65	216
Saldo em 31/12/2024		1.006	1.037

Partes relacionadas (*)	Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	256	124
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	1.189	234
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	1	-
Infraestrutura BR V Rodovias NP Holding I S.A.	9	-
Pátria Infraestrutura V Master	4	18
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(13.176)	(12.330)
Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.	252	-
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	1.146	-
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	3.111	2.928
	(7.208)	(9.026)

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, "supply chain", administração de pessoal, seguros, entre outras. (*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor, IBH I Serviços e Participações S.A e GIC Group. (**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. **Remuneração dos Administradores:** Em 14 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2025 em até R\$10.500, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Em 2025, foram pagos R\$8.107 (R\$9.299 em 31 de dezembro de 2024) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. **Debêntures:** As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment Pte. Ltd. ("GIC Group") - 30% do montante total captado. Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R\$ 68.437 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 62.583 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). **Passivo de arrendamento:** No passivo de arrendamento foram adicionados os contratos da EVM Evolution Mobility S.A., que têm por objeto locação de veículos elétricos, com média de 7 anos de duração. A contratada é parte relacionada e movimentou o montante de R\$ 4.046 em 2025.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil: A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 11,42% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. b) Composição dos saldos e movimentação: **Passivo de arrendamento**

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	15.222	9.625
Adições e atualizações contratuais (a)	22.182	15.755
Baixas de contrato	(176)	(2.462)
Juros provisionados	3.413	1.577
Pagamento de juros	(3.413)	(1.577)
Pagamento de principal	(8.546)	(7.696)
Total	28.682	15.222
Circulante	7.716	5.856
Não circulante	20.966	9.366

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

	2027	2028	2029	em diante
2027	9.622	3.133		
2028	6.556	2.133		
2029 em diante	10.271	7.283		
Total	26.449	12.549		
Ajuste a valor presente	(5.483)	(3.183)		
Passivo de arrendamento	20.966	9.366		

(a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

	Adoção Inicial	Dez. 2022	Dez. 2023	Dez. 2024	Dez. 2025	Dez. 2026	Dez. 2027 em diante
IPCA					4,05%		3,80%

<u>Ativo de arrendamento (i)</u>							
Balanco patrimonial	19.588	6.882	10.214	14.588	26.915	18.621	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	14.588	26.915	19.376	-
<u>Passivo de arrendamento (ii)</u>							
Balanco patrimonial	19.588	6.507	9.625	15.222	28.682	21.080	-
Fluxo com projeção	19.588	6.507	9.625	15.222	28.682	21.934	-

Despesas financeiras (ii)						
Balanço patrimonial	638	464	1.577	960	3.224	5.483
Fluxo com projeção	638	464	1.577	960	3.354	5.691
Despesas de amortização (i)						
Balanço patrimonial	7.148	6.984	8.919	2.750	8.294	18.621
Fluxo com projeção	7.148	6.984	8.919	2.750	8.630	19.329

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de amortização. (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração da provisão de manutenção de seus ativos, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis. Em períodos anteriores, em função da elevada volatilidade observada nos preços dos insumos pétreos relevantes para a execução dos serviços de manutenção, a Administração avaliou que não havia base suficientemente confiável para a revisão das estimativas então vigentes. Tão logo os preços desses insumos apresentaram níveis considerados mais estáveis, somada a estratégia da companhia de investir na aquisição de um Sistema de Gerenciamento de Pavimento robusto e alinhado às melhores práticas de mercado, foi realizado a revisão da provisão. O efeito dessa revisão foi reconhecido prospectivamente no resultado do período com impacto de R\$ 154.806.

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2025
Provisão para manutenção (a)	200.356	245.827	(126.798)	319.385
AVP	1.116	(14.031)	-	(12.151)
	201.472	231.796	(126.798)	306.470

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2024
Provisão para manutenção (a)	241.445	120.574	(161.663)	200.356
AVP	(14.448)	15.564	-	1.116
	226.997	136.138	(161.663)	201.472

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	185.871	117.766
Não circulante	120.599	83.706

(a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico da obra, sendo reconhecida de forma gradual.

21. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível classificados como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para riscos trabalhistas	3.701	2.458
Provisão para riscos cíveis (ii)	30.277	28.004
Total	33.978	30.462
Mapa movimentação		
Saldo inicial	30.462	14.882
Adições (i)	38.007	12.045
Baixas	(32.368)	(4.225)
Atualização monetária	(2.123)	7.760
Saldo final	33.978	30.462

No exercício de 2025, foram pagos R\$ 2.792 (R\$ 3.547 em 31 de dezembro de 2024) a título de indenizações processuais. (i) As adições ocorridas no exercício de 2025 possuem natureza cível (R\$35.274) tendo como principais motivos, objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$2.733), em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável. (ii) Importante destacar que a Companhia possui cobertura de seguros para tais contingências, e o processo de regulação está em andamento. O montante do reembolso estimado, referente à essas contingências, é de R\$9.967. Caso haja uma eventual condenação, a Companhia poderá ser reembolsada, conforme o andamento e a resolução do processo de regulação dos seguros. O valor do reembolso dependerá da análise e aprovação das seguradoras, sendo este um fator relevante a ser considerado na gestão do risco. A Companhia continuará acompanhando de perto a evolução dos processos e as etapas da regulação dos seguros, garantindo que todas as ações necessárias sejam tomadas para o adequado cumprimento de suas obrigações, caso sejam necessárias. b) Possível: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R\$14.628 (R\$24.532 em 31 de dezembro de 2024) e trabalhistas no montante de R\$31.389 (R\$21.336 em 31 de dezembro de 2024) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$1.177.584 (R\$969.857 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.177.584.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 3 de janeiro de 2025 foi aprovada a integralização de capital de R\$207.727 e rerratificada em 30 de março de 2025 mediante R\$ 197.440 do saldo da reserva de lucros e R\$ 10.287 do saldo da reserva legal, ambos acumulados até 31 de dezembro de 2024. O capital social integralizado é representado conforme segue:

	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	1.177.584.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2025 pelo fato de não ter lucro no exercício, não houve destinação de dividendo mínimo obrigatório. c) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro 2025 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2024 a constituição da reserva legal foi de R\$2.073. d) Reserva de retenção de lucros: A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos previstos no contrato de concessão e financiar o capital de giro da Companhia. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2025 não foi constituída reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2024, a constituição realizada foi de R\$38.993.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrecadação de pedágio (a)	1.124.114	1.044.239
Receitas com construção	663.714	422.487
Receita acessória (b)	4.511	4.662
Receita bruta	1.792.339	1.471.388
Deduções da receita	(98.513)	(91.744)
Receita líquida	1.693.826	1.379.644

(a) A partir de 4 de junho de 2025 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 5,53%. (b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos entre outros.

	31/12/2025	31/12/2024
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	1.128.625	1.048.901
Coefficiente de Serviços Prestados - CSP	11.995	-
Base de cálculo	1.140.620	1.048.901
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(34.220)	(31.687)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(7.414)	(6.865)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(56.879)	(53.192)
	(98.513)	(91.744)

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados:		
Custo de obra	(663.714)	(422.487)
Provisão para manutenção	(245.827)	(120.573)
Pessoal	(99.430)	(96.688)
Conservação e manutenção	(61.750)	(59.725)
Serviços de terceiros (a)	(52.429)	(47.803)
Seguros	(7.418)	(7.177)
Depreciações e amortizações	(204.219)	(181.337)
Poder concedente (b)	(96.636)	(89.490)
Locações de imóveis e máquinas	(2.447)	(1.893)
Outras despesas operacionais	(15.020)	(18.704)
Total	(1.448.890)	(1.045.877)

Despesas administrativas:		
Provisão para riscos e despesas processuais	(12.754)	(13.359)
Pessoal	(20.221)	(23.624)
Conservação e manutenção	(1.698)	(1.247)
Serviços de terceiros	(20.219)	(18.509)
Depreciações e amortizações	(4.550)	(2.216)
Locações de imóveis e máquinas	(101)	(136)
Outras despesas operacionais	(3.426)	(3.282)
Total	(62.969)	(62.373)

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros. (b) Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização e outorga variável que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia, evidenciados na nota explicativa nº 15.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Provisão para manutenção - AVP	28.786	310
Receita de aplicações financeiras	60.587	56.081
Outros	1.122	890
Total	90.495	57.281

Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(229.281)	(211.058)
Provisão para manutenção - AVP	(14.755)	(15.874)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(1.181)	(1.181)
Juros de arrendamento	(3.413)	(1.577)
Despesas bancárias	(19.732)	(31.106)
Atualização processos judiciais	2.123	(7.760)
Outras despesas financeiras	(9.003)	(3.052)
Total	(275.242)	(271.608)
Resultado financeiro líquido	(184.747)	(214.327)

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (norma internacional IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro básico/diluído por ação		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.417)	41.460
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.177.584	969.857
Lucro básico	(0,002)	0,043
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas	65.437	69.173
Lucro diluído	(0,002)	0,040

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. **Risco de mercado:** a) Exposição a riscos cambiais: A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **Considerações gerais:** • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025, conforme quadro a seguir: *Índice de endividamento:* Os índices de endividamento são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida (i)	2.734.986	2.241.481
Caixa e equivalentes de caixa	(423.034)	(413.015)
Aplicações financeiras vinculadas	(66.609)	(46.132)
Dívida líquida	2.245.343	1.782.334
Patrimônio líquido (ii)	1.175.377	1.177.794
Índice de endividamento líquido	1,91	1,51

(i) A Dívida é definida por empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação de R\$15.735 para empréstimos e financiamentos e de R\$4.083 para debêntures em 31 de dezembro de 2025 e de R\$16.545 para empréstimos e financiamentos e de R\$4.454 para debêntures em 31 de dezembro de 2024, respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia. As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme quadro a seguir:

		31/12/2025	31/12/2024
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	423.034	413.015
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	66.609	46.132
Contas a receber	Custo amortizado	76.352	64.186
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	1.311	1.006

Passivos:				
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	104.450	89.292	
Empréstimos e financiamentos (iii e iv)	Custo amortizado	1.528.905	1.110.384	
Debêntures (v)	Custo amortizado	437.189	430.640	
Debêntures - partes relacionadas (vi)	Custo amortizado	768.892	700.457	
Arrendamento Mercantil	Custo amortizado	28.682	15.222	
Credor pela concessão	Custo amortizado	269.942	248.479	
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.993	1.037	

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. Os valores apresentados não consideram o custo de custo de captação para cada uma das operações. (iv) O saldo referente ao custo de captação é de R\$15.735 em 31 de dezembro de 2025 e de R\$16.545 em 31 de dezembro de 2024. (v) O saldo referente ao custo de captação é de R\$4.036 em 31 de dezembro de 2025 e de R\$4.405 em 31 de dezembro de 2024. (vi) O saldo referente ao custo de captação é de R\$47 em 31 de dezembro de



EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2025



	Exposição em 31.12.2024	Risco	Cenário provável	
Instrumentos			%	Valor
Ativos financeiros:				
Equivalentes de caixa	413.015	CDI	12,15%	50.181
Aplicações financeiras vinculadas	46.132	CDI	12,15%	5.605
Total	459.147			55.786
Passivos financeiros:				
Debêntures BNDES	430.640	IPCA	4,83%	20.800
BNDES FINEM	1.110.384	IPCA	4,83%	53.632
Total	1.541.024			74.432
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	(1.081.877)			(18.646)
	Exposição em 31.12.2025	Risco	Cenário provável	
Instrumentos			%	Valor
Ativos financeiros:				
Equivalentes de caixa	423.034	CDI	14,33%	60.621
Aplicações financeiras vinculadas	66.609	CDI	14,33%	9.545
Total	489.643			70.166
Passivos financeiros:				
Debêntures BNDES	437.189	IPCA	4,32%	18.887
BNDES FINEM	1.528.905	IPCA	4,32%	66.049
Total	1.966.094			84.936
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	(1.476.451)			(14.770)

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas dos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das

operações normais. Em 31 de dezembro de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2026
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2026
Equipamentos	251.890	Até julho de 2026
Seguro patrimonial	41.474	Até agosto de 2029
Veículos - frota	77.614	Até julho de 2026
D&O	53.000	Até agosto de 2026
Risco de engenharia	1.208.514	Até dezembro de 2027
Seguro garantia	2.131.602	Até junho de 2026
Garantia judicial	14.572	Até agosto de 2029
Fiança Locatícia	1.033	Até abril de 2030

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2026, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$1,3 bilhões de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão. Os investimentos previstos para 2026 estão representados principalmente pela duplicação da SP 284, 294 e 304, contorno de São Pedro, recuperação de pavimento, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, implantação de dispositivos de segurança viária, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$ 3,5 bilhões. Assumimos contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO2e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário. A Companhia contrata anualmente empresa especializada, denominada Organismo de Verificação, para realizar o inventário e quantificar as emissões de GEE, de acordo com as Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol, norma ABNT NBR ISO 14064-3:2007 e Contrato de Concessão. O relatório emitido pelo Organismo de Verificação referente ao período de 2020 a 2024 totaliza 12,5 mil toneladas de CO2e. Em função deste levantamento a Companhia efetuou a compra de créditos no valor de R\$ 165. Em 2025 a Companhia provisionou R\$ 24, para a compra de créditos, considerando 1,5 mil toneladas de CO2e. A Companhia realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as

emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas e as compensações deverão ser executadas quinquenalmente (junho de 2030), consolidando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota explicativa		31/12/2025	31/12/2024
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamento técnico CPC 06 (R2)	11		22.182	15.755
Receita de construção	23		663.714	422.487
Custo de construção	24	(663.714)	(422.487)	-
Fornecedores aquisição de intangível (a)	10/12	(23.472)	2.790	-
Dação em pagamento (c)		9.326	-	-
Depreciação usinas de asfalto (b)		(2.599)	(2.345)	-
Aquisição de imobilizado (a)	9	72	(468)	-

(a) Valores pagos/creditados no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período. (b) Depreciação de máquinas e equipamentos das usinas de asfalto que produziram CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação no intangível. (c) Dação de veículos e equipamentos em pagamento para ativo intangível construído, conforme Nota Explicativa nº10, item d.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 27 de fevereiro de 2026, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

CONTADOR: Daniel Rodrigo Lavorini - Controller - CRC 1SP241985/O-5

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.10 e 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contratos de concessões rodoviárias que representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (RI) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, a fim de concluir se os critérios de capitalização foram ou não atendidos. Tais julgamentos são relacionados à interpretação da Companhia na definição de gastos capitalizáveis.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) o entendimento do desenho do processo para capitalização de gastos; (iii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, e confronto com os contratos de prestações de serviços, notas fiscais relacionadas, e/ou outras documentações aplicáveis; (iv) envolvimento de especialista do time de auditoria para a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nas normas aplicáveis e das premissas relevantes; e (v) avaliação da consistência das informações divulgadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios para determinação da capitalização desses gastos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.10 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para manutenção

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.16 e 20 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconhece saldos significativos de provisão para manutenção relacionadas a gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente. Consideramos que essa é uma área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos para determinar o valor das provisões, com base nas premissas relacionadas ao estado de conservação das rodovias e seus custos para manutenção futuros. Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes no valor da provisão para manutenção.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento dos processos relacionados à determinação da provisão para manutenção; (ii) a avaliação da razoabilidade das principais premissas e das metodologias usadas pela Companhia; (iii) a avaliação da competência, habilidade e objetividade dos especialistas da diretoria na determinação das premissas relevantes; (iv) a utilização de especialistas internos da diretoria e de especialistas do time de auditoria para avaliação das premissas relevantes; (vi) avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia sobre o assunto nas referidas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para manutenção relacionadas a gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios para determinação da provisão para manutenção adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.16 e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 27 de fevereiro de 2025, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

Wagner dos Santos Júnior

Contador CRC 1SP-216386/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>